



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
UNIDADE DE TRANSPORTE - UTRAN/SELOG/DPF/FIG/PR

**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 08389.000089/2021-41

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de serviço de **guincho/reboque para remoção de veículos leves, pesados e de embarcações**, com a finalidade de atender às demandas geradas pelas Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, em Guaíra/PR e em Cascavel/PR; conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Valor Por Item (R\$)	Valor total anual por Item (R\$)
1	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por motocicleta)	Unidade	11	180,00	1.980,00
2	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	500	2,79	1.395,00
3	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de veículos com peso bruto total com até 3.500 kg (por veículo), com exceção de motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo, <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por veículo),	110	<b>55</b>	190,00	10.450,00
4	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de veículos com peso bruto total com até 3.500 kg (por veículo), com exceção de motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo, <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	1.900	3,25	6.175,00
5	Acionamento do guincho para	Unidade	25	500,00	12.500,00

	recolhimento/remoção de veículos com peso bruto total superior a 3.500 kg (por veículo) <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> , (R\$ por veículo)				
6	Acionamento do guincho para recolhimento/remoção de veículos com peso bruto total superior a 3.500 kg (por veículo) <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	900	5,35	4.815,00
7	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de embarcações de até 7,5 metros, <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por embarcação)	Unidade	29	525,00	15.225,00
8	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de embarcações de até 7,5 metros <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	1.000	6,65	6.650,00
9	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de embarcações acima de 7,5 metros, <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por embarcação)	Unidade	5	625,00	3.125,00
10	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de embarcações acima de 7,5 metros <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	400	8,075	3.230,00
11	Serviços de guindaste (Munck) para atender as demandas da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR., (R\$ por hora trabalhada/parada).	Hora	10	410,00	4.100,00
12	Movimentação de veículo dentro do próprio pátio de veículos vinculado à unidade/delegacia (deslocamento inferior a 1km)	Unidade	63	170,00	10.710,00
<b>Valor Total Anual Estimado para o Grupo 1 - Foz do Iguaçu/PR (R\$)</b>					<b>80.355,00</b>
13	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por motocicleta)	Unidade	102	175,00	17.850,00
14	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	2.560	2,47	6.323,20
15	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de veículos com peso bruto total com até 3.500 kg (por veículo), com exceção de motocicleta, ciclomotor, motoneta,	Unidade	506	184,66	93.437,96

	triciclo e quadriciclo <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por veículo)Unidade				
16	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de veículos com peso bruto total com até 3.500 kg (por veículo), com exceção de motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	10.238	3,12	31.942,56
17	Acionamento do guincho para recolhimento/remoção de veículos com peso bruto total superior a 3.500 kg (por veículo) <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por veículo)	Unidade	146	520,82	76.039,72
18	Acionamento do guincho para recolhimento/remoção de veículos com peso bruto total superior a 3.500 kg (por veículo) <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	9.971	5,34	53.245,14
19	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de embarcações de embarcações de até 7,5 metros <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por embarcação)	Unidade	60	454,61	27.276,60
20	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de embarcações de embarcações de até 7,5 metros <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	4.717	5,12	24.151,04
21	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de embarcações de embarcações acima de 7,5 metros <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por embarcação)	Unidade	12	587,22	7.046,64
22	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de embarcações de embarcações acima de 7,5 metros <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	3.048	5,99	18.257,52
23	Serviços de guindaste (Munck) (R\$ por hora trabalhada/parada).	Hora	12	418,30	5.019,60
24	Movimentação de veículo dentro do próprio pátio de veículos vinculado à unidade/delegacia (deslocamento inferior a 1 Km	Unidade	413	151,66	62.635,58
<b>Valor Total Anual Estimado para o Grupo 2 - Guaíra/PR (R\$)</b>					<b>423.225,56</b>
25	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo e	Unidade	10	185,00	1.850,00

	quadriciclo <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por motocicleta)				
26	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	500	2,89	1.445,00
27	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de veículos com peso bruto total com até 3.500 kg (por veículo), com exceção de motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por veículo)	Unidade	30	190,00	5.700,00
28	Acionamento de guincho para remoção/recolhimento de veículos com peso bruto total com até 3.500 kg (por veículo), com exceção de motocicleta, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	2.230	3,4	7.582,00
29	Acionamento do guincho para recolhimento/remoção de veículos com peso bruto total superior a 3.500 kg (por veículo) <b>cujo o deslocamento é de até 40 Km</b> (R\$ por veículo)	Unidade	8	500,00	4.000,00
30	Acionamento do guincho para recolhimento/remoção de veículos com peso bruto total superior a 3.500 kg (por veículo) <b>cujo o deslocamento exceder 40 Km</b> (R\$ por quilometro rodado)	Km rodado	1.100	5,85	6.435,00
31	Acionamento de <b>guindaste "munck"</b> (R\$ por hora trabalhada/parada).	Hora	6	360,00	2.160,00
32	Movimentação de veículo dentro do próprio pátio de veículos vinculado à unidade/delegacia (deslocamento inferior a 1 Km	Unidade	2	260,00	520,00
<b>Valor Total Anual Estimado para o grupo 3 - Cascavel/PR (R\$)</b>					<b>29.692,00</b>

1.2. A estimativa de consumo individualizada será a quantidade de acionamentos e quilômetros estimados no quadro do **subitem 1.1**. Cabe salientar que tal estimativa **não implica na obrigatoriedade de contratação**, pela Administração Pública Federal, na totalidade do objeto, haja vista que os quantitativos a serem adquiridos em cada item estarão estritamente ligados às demandas concretas das Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, em Guaíra/PR e em Cascavel/PR.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de guincho e reboque para remoção/recolhimento de veículos leves, pesados e de embarcações**.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**.

1.6. O contrato terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.7. As definições de veículos automotores leves e pesados serão aquelas descritas na Resolução nº 396/2011 emitida pelo CONTRAN/DENATRAN.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Estudo Técnico Preliminar, abrange a prestação do serviço continuado de acionamento de guincho para remoção/recolhimento de veículos leves, pesados e de embarcações, conforme características específicas contidas nos subitens da tabela do item 1.1 e demais partes deste instrumento.

3.2. Os acionamentos visam à prestação de serviço terceirizado para deslocamento de veículos diversos (automotores e embarcações) sendo: objetos de apreensões em operações policiais, veículos danificados pertencentes à frota própria e demais veículos de interesse da Administração, dentro das características descritas na tabela item 1.1.

3.3. Em virtude da necessidade de atendimento do objeto do contrato compreender três unidades da Polícia Federal (Delegacias de Foz do Iguaçu, Guaíra e Cascavel) que encontram-se distantes geograficamente optou-se pelo desmembramento logístico da prestação do serviço em **3 (três) grupos** distintos, sendo: **Grupo 1 - Foz do Iguaçu/PR; Grupo 2 - Guaíra/PR e Grupo 3 - Cascavel/PR** (vide tabela item 1.1).

3.4. Caberá a cada empresa, no momento licitatório, optar por concorrer para prestação dos serviços dentro de um ou mais grupos conforme sua escolha. De acordo com o escolhido, a prestação do serviço contratado ficará como segue:

3.4.1. Grupo 1 (Foz do Iguaçu) prestará serviços conforme o descrito nos itens de 1 a 12 da tabela 1.1 deste Termo de Referência;

3.4.2. Grupo 2 (Guaíra) prestará serviços conforme o descrito nos itens de 13 a 24 da tabela 1.1 deste Termo de Referência;

3.4.3. Grupo 3 (Cascavel) prestará serviços conforme o descrito nos itens de 25 a 32 da tabela 1.1 deste Termo de Referência;

3.4.4. Grupos 1 e 2 (Foz do Iguaçu e Guaíra) prestará serviços conforme o descrito nos itens 1 a 24 da tabela 1.1 deste Termo de Referência;

3.4.5. Grupos 1 e 3 (Foz do Iguaçu e Cascavel) prestará serviços conforme o descrito nos itens 1 a 12, e 25 a 32, da tabela 1.1 deste Termo de Referência;

3.4.6. Grupos 2 e 3 (Guaíra e Cascavel) prestará serviços conforme o descrito nos itens 14 a 32 da tabela 1.1 deste Termo de Referência; e

3.4.7. Grupos 1, 2 e 3 (Foz do Iguaçu, Guaíra e Cascavel) prestará serviços conforme o descrito nos itens 1 a 32 da tabela 1.1 deste Termo de Referência;

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua

forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, com as devidas licenças de funcionamento expedidas por autoridade competente.

5.1.2. A Contratada deverá, ainda, comprovar a experiência por meio de atestados e Certificados Técnicos, Capital Circulante Líquido, demonstração de patrimônio líquido suficiente para execução dos serviços, com percentuais a serem definidos no quesito HABILITAÇÃO constante do Edital e Cadastro no SICAF.

5.1.3. Os serviços pretendidos são de natureza continuada, conforme preceituado no art. 15, da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 05 de 25/05/2017.

5.1.4. Com relação aos critérios e práticas de sustentabilidade, a Contratada fica obrigada a adotar os termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, notadamente o disposto em seu art. 6º, no que for aplicável.

5.1.5. A duração inicial do contrato será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. A quantidade estimada de acionamentos está prevista na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

5.4. As obrigações da Contratada e da Contratante estão previstas nos itens 10 e 11 deste instrumento.

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Os serviços serão executados, precipuamente, nas localidades dentro da área geográfica compreendida pelas circunscrições das Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, em Guaíra/PR e em Cascavel/PR.

7.1.2. O serviço prestado pela empresa contratada será mediante **acionamentos**, feitos exclusivamente por servidor designado e pertencente aos quadros das Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, em Guaíra/PR e em Cascavel/PR.

7.1.3. Todo e qualquer acionamento se dará via contato com a empresa contratada por meio telefônico e/ou de mensagens eletrônicas ("Email", "Whats App", "Telegram" ou qualquer outro previamente acordado entre as partes).

7.1.4. Os acionamentos poderão ocorrer em qualquer horário e dia de semana, portanto a Contratada deverá manter estrutura para **atendimento 24 h/dia (vinte e quatro horas por dia)** sendo que referidos acionamentos são imprevisíveis bem como o local de execução dos serviços pode ser em vias não pavimentadas, em locais de difícil acesso tais como barrancas de rio, carreiros na zona rural, sob toda e qualquer condição climática.

7.1.5. A Contratada deverá documentar todo o serviço prestado, pormenorizando todas as informações dos acionamentos nas respectivas ordens de serviço (O.S).

7.1.6. As ordens de serviço, por sua vez, deverão conter:

7.1.6.1. Numeração individualizada.

7.1.6.2. Local, data e horários (início e finalização) dos chamados (acionamentos).

7.1.6.3. Discriminação dos veículos removidos, sendo:

I - Veículo automotor. Tipo (motocicleta, quadriciclo, automóvel, pickup, caminhão, ônibus, carreta, trator etc.), característica (peso estimado de 3,5 toneladas ou acima), marca, modelo e placa (ou outra especificação, quando não houver);

II - Embarcações. Característica e tipo (canoa a remo, barco a motor ou motores, com ou sem cobertura, comprimento estimado de até 7,5 m ou acima de 7,5 m).

7.1.6.4. Quantidade de quilometragem percorrida no atendimento.

7.1.6.5. Número de horas prestadas, quando do atendimento por serviço de guindaste (munck).

7.1.7. A Contratada deverá fornecer toda a mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários ao serviço a ser realizado e seus custos deverão estar inclusos no preço do serviço.

7.1.8. As Delegacias da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, Guaíra/PR e Cascavel/PR poderão efetuar diligências e/ou levantamentos de dados, através dos Fiscais do Contrato, ou pessoas designadas por estes, para confirmar a veracidade das autorizações, ordens de serviços ou quaisquer outras informações e dados referentes aos serviços contratados.

7.2. O preço cobrado pelo serviço será dimensionado da seguinte forma:

7.2.1. Os serviços de remoção com deslocamento de até 40 quilômetros deverão ter preço fixo, preço único por veículo;

7.2.2. Os serviços com deslocamentos superior à 40 quilômetros deverão ser considerados o valor fixado para as remoções até 40 Km, somado ao valor de cada quilômetro excedente percorrido;

7.2.3. Para cálculo dos trajetos da remoções, será considerada a distância do trajeto: Base da empresa contratada (local de partida do serviço de remoção) ou sede da Delegacia da Polícia Federal ⇒ Local onde se encontra o veículo/embarcação a ser removido ⇒ Local designado para sua

entrega ⇒ Volta para base da empresa contratada, utilizando-se os serviços do "Google Maps" ou outro similar disponibilizado pela rede mundial de computadores – "internet";

7.2.4. Caso a contratada tenha base no município do item que ela venceu, o cálculo do trajeto terá como ponto inicial o endereço da base da contratada, caso a vencedora não tenha base no município do item que ela venceu, o cálculo do trajeto terá como ponto inicial o endereço da sede da Delegacia da Polícia Federal;

7.2.5. No caso de indisponibilidade ou não cobertura dos serviços do "Google Maps" ou similar, as Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, Guaíra/PR e Cascavel/PR poderão utilizar-se de outros meios hábeis para a comprovação da distância percorrida na prestação do serviço;

7.2.6. Para serviço de guindaste (Munck) nas cidades Foz do Iguaçu/PR, Guaíra/PR e Cascavel/PR ou em outro local, designado por servidor autorizado pelas Delegacias, o preço será por hora trabalhada;

7.2.7. No deslocamento de guindaste (Munck) adota-se, para fins de medição, a velocidade média de 60 Km/h, ou seja, 1 hora trabalhada a cada 60 Km de deslocamento;

7.2.8. Nos casos de veículos que estejam tracionando outros veículos (Bitrem, Rodotrem e outros) e os mesmos puderem ser removidos em conjunto, sem a necessidade de desengatá-los ou apenas com a utilização de serviço de motorista, será considerado, para efeito de cálculo, o conjunto tracionado (bitrem + semi-reboque) como uma única unidade a ser removida.

7.3. O prazo máximo para atendimento do chamado será o seguinte:

7.3.1. Até 1 (uma) hora quando o deslocamento for de até 40 Km (quarenta quilômetros);

7.3.2. Até 2 (duas) horas quando o deslocamento for de até 100 km (cem quilômetros); e

7.3.3. Até 3 (três) horas quando o deslocamento for acima de 100 km (cem quilômetros).

7.4. Os prazos citados nos subitens 7.3.1, 7.3.2 e 7.3.3, poderão ser prorrogados pela Administração, mediante solicitação justificada da Contratada.

7.5. Em casos excepcionais, a Administração terá tolerância de até 1 (uma) hora, sem custos, para disponibilizar o veículo para a execução do serviço.

7.6. Em caso de mora provocada pela Administração por prazo superior a 1 (uma) hora para disponibilizar o veículo para a execução do serviço, a Contratada poderá requerer:

a) O pagamento do valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor integral do serviço realizado a cada hora de atraso.

7.7. A execução dos serviços será iniciada logo após a assinatura do contrato.

7.8. Os motoristas envolvidos na operação de remoção de veículos/embarcações deverão atender aos seguintes requisitos:

a) habilitação do condutor na categoria compatível com o conjunto (veículo rebocador/veículo rebocado) conforme legislação vigente;

b) durante a operação da remoção de veículos, o motorista e seu ajudante deverão estar usando equipamentos de proteção individual, tais como: luvas, botinas, protetores auriculares, óculos de proteção e uniformes, além dos equipamentos de sinalização e de alerta necessários para a operação e previstos em legislação pertinente à atividade.

## 8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

8.1. A gestão do contrato será feita pelo gestor da execução do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as disposições contidas no Capítulo V da IN nº 05/2017 - SEGES/MPOG.

8.2. Este Termo de Referência não utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), uma vez que o mesmo já prevê sanções caso o serviço não seja prestado na quantidade, tempo e modo previstos neste documento. Neste caso se a Contratada prestar o serviço atendendo os três



parâmetros citados anteriormente, que são obrigatórios na execução do objeto, o IMR perde o seu principal objetivo, a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

## 9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. A Contratada deverá disponibilizar, quando acionada por servidor da Contratante, um caminhão tipo reboque/guincho/guindaste com motorista habilitado e treinado para efetuar a coleta e o deslocamento do veículo ou embarcação indicado pelo contratante até o local indicado pelo responsável pelo acionamento, tendo sempre em conta que os acionamentos são em momentos imprevisíveis, sob qualquer condição climática e que é possível e provável que a coleta do veículo ou embarcação seja realizada em locais de difícil acesso abarcando também vias não pavimentadas situadas em zona rural.

9.1.2. O veículo a ser transportado poderá ser automotor ou não, estando ou não em funcionamento, com ou sem as chaves, podendo as rodas estarem travadas ou livres, com ou sem avarias mecânicas ou de lataria; a embarcação poderá ser a remo, a motor ou motores, com ou sem cobertura.

9.1.3. Os veículos considerados no objeto desta contratação serão aqueles pertencentes ao acervo patrimonial das Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, em Guaíra/PR e em Cascavel/PR, veículos apreendidos pela Polícia Federal, e que estejam a qualquer título sob custódia e/ou responsabilidade da Polícia Federal ou ainda aqueles que pertencem ao acervo patrimonial de outras Unidades da PF e estejam em trânsito no Estado do Paraná. Da mesma forma, as embarcações objeto desta contratação serão aquelas pertencentes à Polícia Federal, que estejam a serviço da Polícia Federal ou apreendidas.

9.1.4. Os locais de destino quando do acionamento de serviços serão usualmente os seguintes:

9.1.4.1. Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, endereço: Av. Paraná, 3470/3471, Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu/PR;

9.1.4.2. Pátio de veículos apreendidos vinculado à Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, endereço: Av. Pedro Basso, SN, esquina com Av. José Maria de Brito, Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu/PR;

9.1.4.3. Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR, endereço: Praça Castelo Branco, 200, Centro, Guaíra/PR;

9.1.4.4. Pátio de veículos apreendidos vinculado à Delegacia de Polícia Federal em Guaíra/PR, endereço: BR 163, Km 4, Companhia Mate Laranjeiras, sentido Água do Bugre, Guaíra/PR;

9.1.4.5. Pátio de veículos apreendidos vinculado à Delegacia de Polícia Federal em Cascavel/PR, endereço: Rua Pedro Ivo, 1369, Centro, Cascavel/PR;

9.1.4.6. Outros destinos designados pela Contratante.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
  - 10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas, determinações e leis em vigor;
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 11.23. Todos os veículos empregados nos serviços deverão estar em conformidade com a legislação de trânsito.

11.24. A licitante vencedora será responsável por todo e qualquer dano pessoal ou material causado aos veículos ou embarcações pertencentes ou sob responsabilidade das Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, em Guaíra/PR e Cascavel/PR.

11.25. A Contratada deverá manter serviço de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Para tanto deverá disponibilizar previamente os meios de contato (números de telefone fixo, de telefones celulares e aplicativos de diálogos, endereços de correio eletrônico e/ou outros) para os acionamentos.

11.26. A Contratada deverá dar atendimento às solicitações das Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, Guaíra/PR e Cascavel/PR, na pessoa de seus servidores ou pessoas por elas autorizadas, conforme o quantitativo de serviços constante na tabela do item 1.1, bem como o disposto no item 3.4 deste instrumento.

11.27. A Contratada deverá manter o controle documental referente aos serviços prestados.

11.28. Deverá arcar com todas as despesas financeiras referentes ao desempenho do serviço contratado, objeto deste termo, tais como: manutenção e abastecimento de veículos próprios, tarifas de pedágio rodoviário, custeio de seus funcionários nos deslocamentos (alimentação, hospedagem etc.), bem como todas as demais despesas inerentes.

11.29. Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo.

11.30. Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste termo.

11.31. Para a assinatura do contrato a Contratada deverá apresentar cópia de seguro ou documento similar que comprove a garantia de indenização das cargas a serem transportadas durante a execução do contrato.

11.31.1. Caso o seguro ou documento similar não cubra a indenização das cargas a serem transportadas, a Contratada arcará, em caso de sinistro, com a diferença do valor não coberto pelo seguro.

## 12. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 13. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 14. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.11. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões que se fizerem necessárias.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota ou a fatura com o valor exato dimensionado. Nos caso de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; I = índice de compensação financeira = 0,00016438

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 16.4.1. o prazo de validade;
- 16.4.2. a data da emissão;
- 16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 16.4.5. o valor a pagar; e
- 16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = [(6 / 100) / 365] \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16.17. A Contratante poderá lançar mão de instrumento ou expediente hábil a aferir a qualidade da prestação dos serviços, devendo haver redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, ou;

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior a demandada.

## 17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice vigente.



17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M/FGV exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (três por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

18.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

18.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12. Será considerada extinta a garantia:

18.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

18.14. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a

configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 18.1 deste Termo de Referência.

19.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03

4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada;	01
12	Executar os serviços dentro do prazo máximo de atendimento do chamado/acionamento.	04

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração

Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

20.3.2. Aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não inferior a um ano; Neste passo, referida aptidão poderá ser comprovada por meio de atestado de capacidade técnico-operacional de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes ou executado serviços similares, com características compatíveis, em quantidades e prazos que guardem correspondência ao objeto da licitação.

20.3.3. Experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços similares ao objeto desta licitação.

20.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global, por grupo (1, 2 e 3).

20.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

21.1. O custo estimado total desta contratação é de:

21.1.1. **Valor Total Anual Estimado para o Grupo 1 (Foz do Iguaçu/PR) = R\$ 80.355,00;**

21.1.2. **Valor Total Anual Estimado para o Grupo 2 (Guaíra/PR) = R\$ 423.225,22;**

21.1.3. **Valor Total Anual Estimado para o Grupo 3 (Cascavel/PR) = R\$ 29.692,00; e**

21.1.4. **Valor Total Anual Estimado do Contrato = R\$ 533.272,22.**

21.1.5. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de mercado com fornecedores da região conforme Mapa Comparativo de Preços 21246875.

21.1.6. As propostas das empresas encontram-se nos arquivos de pesquisa de mercado 21209744, 21209784, 21209814 e 21248165.

21.1.7. As pesquisas nos painéis de preços estão contidas nos arquivos 21246470 e 21246539.

21.1.8. Por fim, outro instrumento referencial de preços utilizado para este presente trata-se da Minuta de Termo Aditivo 1º Prorrogação do Contrato anterior, nº 13/2020 (21222453).

22. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

22.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200366

Fonte: Tesouro – Recursos Ordinários (0100000000)

Elemento de Despesa: 339039

PI: PF99900AG20

Foz do Iguaçu, 02 de dezembro de 2021.

**LUCIO SIMIONI ZAPAROLI**Agente de Polícia Federal  
Integrante Requisitante/ Técnico Titular**ANGELA PATRÍCIA RADECKI SOARES**Agente Administrativo  
Integrante Administrativo**FABIO CORDEIRO DA SILVA**Agente de Polícia Federal  
Integrante Técnico Setorial**BEMILDES JOSÉ DA SILVA FILHO**Agente de Polícia Federal  
Integrante Técnico Setorial

Documento assinado eletronicamente por **LUCIO SIMIONI ZAPAROLI, Agente de Polícia Federal**, em 21/01/2022, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO CORDEIRO DA SILVA, Agente de Polícia Federal**, em 21/01/2022, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BEMILDES JOSE DA SILVA FILHO, Agente Administrativo(a)**, em 21/01/2022, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA PATRICIA RADECKI SOARES, Agente Administrativo(a)**, em 31/01/2022, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21735569** e o código CRC **174B9349**.